



SERVIÇOS DE
AÇÃO SOCIAL

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Aprovo o presente Caderno de Encargos

*Pedro Simão
Administrador dos Serviços de Ação Social da
Universidade de Lisboa
(por delegação ao abrigo do despacho n.º 7484/2023)*

AJUSTE DIRETO

Nº 026/SASULisboa/2024

“MANUTENÇÃO E SUPORTE DO SISTEMA UNICARD”

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1ª - OBJETO DO PROCEDIMENTO

CLÁUSULA 2ª - ENTIDADE ADJUDICANTE

CLÁUSULA 3ª - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

CLÁUSULA 4ª - REQUISITOS DO CONCORRENTE

CLÁUSULA 5ª - PREÇO BASE

CLÁUSULA 6ª - PRAZO CONTRATUAL

CLÁUSULA 7ª - ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

CLÁUSULA 8ª - ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

CLÁUSULA 9ª - DOCUMENTOS DA PROPOSTA

CLÁUSULA 10ª - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

CLÁUSULA 11ª – PROPOSTAS VARIANTES

CLÁUSULA 12ª - AGRUPAMENTO DE CONCORRENTES

CLÁUSULA 13ª - ABERTURA DA PROPOSTA

CLÁUSULA 14ª - ADMISSÃO DA PROPOSTA

CLÁUSULA 15ª - AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

CLÁUSULA 16ª - NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

CLÁUSULA 17ª - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CLÁUSULA 18ª - CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

CLÁUSULA 19ª - CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA 20ª - FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES

CLÁUSULA 21ª – REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR

CLÁUSULA 22ª - PRAZO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

CLÁUSULA 23ª - FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA 24ª - ATRASO NOS PAGAMENTOS

CLÁUSULA 25ª - PENALIDADES CONTRATUAIS

CLÁUSULA 26ª - EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 27ª - REVOGAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 28ª - RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR INICIATIVA DO COCONTRATANTE

CLÁUSULA 29ª - RESOLUÇÃO SANCIONATÓRIA DO CONTRATO

CLÁUSULA 30ª - RESOLUÇÃO POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO

CLÁUSULA 31ª - OUTROS FUNDAMENTOS DE RESOLUÇÃO PELA ENTIDADE ADJUDICANTE

CLÁUSULA 32ª - SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO

CLÁUSULA 33ª - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

CLÁUSULA 34ª - GESTOR DO CONTRATO

CLÁUSULA 35ª - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

CLÁUSULA 36ª - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA 37ª - FORO COMPETENTE

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 38ª – CARATERÍSTICAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 39ª - INTERVENÇÕES

MAPA DE QUANTIDADES

CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1ª

OBJETO DO PROCEDIMENTO

1. O procedimento é designado como **AJUSTE DIRETO N.º 026/SASULisboa/2024 – “MANUTENÇÃO E SUPORTE DO SISTEMA UNICARD”**.
2. O presente procedimento decorre ao abrigo de Ajuste Direto nos termos da subalínea ii) da al. e) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado por “CCP”).
3. Trata-se de um procedimento de aquisição de serviços de assistência técnica, suporte, manutenção e atualização do sistema Unicard instalado nos SASULisboa, devidamente especificado nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos e decorre de acordo com as restantes peças procedimentais e de toda a legislação em vigor aplicável.
4. O objeto principal do procedimento enquadra-se na Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) **72000000-5 – Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio**.

CLÁUSULA 2ª

ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é os Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa (doravante, “SASULisboa”), NIF n.º 510 762 980, com sede no Edifício “Cantina Velha”, Cidade Universitária, sita na Av. Prof. Gama Pinto, 1600-192 Lisboa, telefone n.º 213611700.

CLÁUSULA 3ª

ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pelo Administrador dos SASULisboa, Pedro Simão, no uso das competências delegadas através do Despacho n.º 7484/2023, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 138, de 18 de julho, de acordo com despacho exarado na data constante nas peças procedimentais.

CLÁUSULA 4ª

REQUISITOS DO CONCORRENTE

Pode apresentar proposta o concorrente que não se encontre em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

CLÁUSULA 5ª

PREÇO BASE

1. O presente procedimento tem como preço base o valor de € 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos euros).
2. O preço base é o valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, para efeitos do presente procedimento.
3. De acordo com o previsto no artigo 70.º do CCP é motivo de exclusão, entre outros, a apresentação de preço superior ao estabelecido como preço base.

CLÁUSULA 6ª

PRAZO CONTRATUAL

O contrato terá a duração de 12 (doze) meses, **renováveis** por iguais períodos, até à duração máxima de 36 (trinta e seis) meses, salvo se qualquer uma das partes comunicar à outra a vontade de não o renovar, através do endereço de correio eletrónico, geral@sas.ulisboa.pt, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias relativamente ao fim do prazo inicial ou de qualquer uma das suas prorrogações.

CLÁUSULA 7ª

ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

As peças do procedimento são disponibilizadas gratuitamente à entidade convidada através da plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov”.

CLÁUSULA 8ª

ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, o interessado pode solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

4. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.

5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, ou até ao prazo fixado no convite ou no programa de concurso:

a) O órgão competente para a decisão de contratar, ou o órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados;

b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

6. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

7. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega da proposta, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

CLÁUSULA 9ª

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

2. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

a) **Anexo I ao CCP**, devidamente preenchido;

b) **Mapa de quantidades** (formulário “acinGov”).

3. O preço deverá ser apresentado em euros, **apenas com duas casas decimais**, sob pena de exclusão da proposta que não cumprirem este requisito.

4. Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução certificada.

5. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem a proposta, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

CLÁUSULA 10ª

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. A proposta deve ser apresentada até à hora e data indicadas na plataforma eletrónica “acinGov”.

2. A receção da proposta é registada pela plataforma com referência às respetivas data e hora, sendo entregue pela referida plataforma, ao concorrente, um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

3. O atraso na entrega da proposta é da exclusiva responsabilidade do concorrente, não constituindo motivo justificativo para qualquer reclamação.

CLÁUSULA 11ª

PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

CLÁUSULA 12ª

AGRUPAMENTO DE CONCORRENTES

1. É permitida nos termos do CCP, a apresentação de proposta por agrupamento de empresas.
2. Sempre que o concorrente seja um grupo de empresas, os documentos exigidos deverão ser assinados pelos representantes de todas as empresas do agrupamento.

CLÁUSULA 13ª

ABERTURA DA PROPOSTA

No dia útil seguinte ao dia de prazo limite para apresentação da proposta, proceder-se-á à sua abertura, através da plataforma eletrónica “acinGov”.

CLÁUSULA 14ª

ADMISSÃO DA PROPOSTA

1. Será excluída a proposta que, nomeadamente:
 - a) Tenha sido rececionada depois do prazo fixado para entrega da mesma;
 - b) Que não apresente alguns dos atributos ou documentos exigidos nos termos do disposto nas peças procedimentais;
 - c) Que seja apresentada por concorrente relativamente ao qual ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
 - d) Seja apresentada por concorrente em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
 - e) A análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
 - f) Seja apresentada como variante;
 - g) Seja constituída por documentos falsos ou nos quais o concorrente preste deliberadamente falsas declarações;
 - h) Não cumpra o requisito de apresentação de preços em euros, com duas casas decimais;
 - i) Não apresente proposta de preços para a totalidade de itens concursados;
 - j) Não apresente os documentos da proposta devidamente assinados e/ou não comprove que o(s) signatário(s) dispõem de poderes bastantes para vincular o concorrente;
2. Nos casos em que o certificado de assinatura eletrónica qualificada utilizado, não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, como é o caso, por exemplo, do cartão do cidadão, deve

o concorrente anexar documento indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial ou código de acesso onde resulte a referida relação ou procuração conferindo os poderes necessários.

CLÁUSULA 15ª

AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta do concorrente será analisada de acordo com o previsto no CCP.

CLÁUSULA 16ª

NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

A decisão de adjudicação é notificada ao concorrente, através da plataforma eletrónica “acinGov”.

CLÁUSULA 17ª

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Após a adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, os documentos de habilitação nos termos do previsto no artigo 81.º do CCP sendo que a não apresentação dos referidos documentos, dentro do prazo legalmente previsto ou, a sua desconformidade com as exigências legais em vigor, determina a anulação da adjudicação.
2. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada.
3. No caso de o adjudicatário ser um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, todos os seus membros apresentam os documentos de habilitação exigidos.
4. Quando se verificarem as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, por facto que não seja imputável ao adjudicatário, será concedido pela entidade adjudicante, em função das razões invocadas e aceites, um prazo adicional de 2 (dois) dias úteis para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

CLÁUSULA 18ª

CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

A adjudicação caduca nos termos legalmente previstos, nomeadamente, o previsto nos artigos 86.º, 87.º e 87.º-A do CCP.

CLÁUSULA 19ª

CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

Não é exigida a prestação de caução, ao abrigo do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

CLÁUSULA 20ª

FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade de adjudicação e dos atos subsequentes.

CLÁUSULA 21ª

REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR

1. O órgão competente para a decisão de contratar pode revogar a decisão de contratar quando:
 - a) A entidade convidada não tenha apresentado proposta;
 - b) A proposta tenha sido excluída;
 - c) Por circunstâncias imprevistas e legalmente previstas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação da proposta;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação da proposta, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
2. A decisão de revogação da decisão de contratar é notificada ao concorrente.

CLÁUSULA 22ª

PRAZO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O concorrente é obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma.

CLÁUSULA 23ª

FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. A faturação deverá ser efetuada após a prestação mensal dos serviços contratualizados pelo presente procedimento, só podendo a fatura ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.
2. O pagamento das faturas será efetuado pela entidade adjudicante, no prazo máximo de 30 dias e preferencialmente, por transferência bancária.
3. As faturas deverão ser emitidas, transmitidas e rececionadas, conforme o disposto no artigo n.º 299.º-B do CCP e demais legislação aplicável.
4. Para o efeito, a entidade adjudicante aderiu ao Portal FE-AP, enquanto solução eletrónica para a receção de documentos eletrónicos, pelo que o cocontratante deve iniciar o seu processo de *onboarding* à solução FE-AP, através do preenchimento do formulário https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIOUS. Em caso de dúvida, o cocontratante deverá solicitar o devido apoio e suporte em https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/FE_Duvidas_Fornecedores.aspx.
5. A fatura eletrónica deve ser emitida com os seguintes elementos:
 - a) Número do Contrato e número de compromisso;

- b) Número da Nota de Encomenda;
- c) Descrição, referindo o(s) documento(s) que a suporta(m);
- d) Incidência do IVA, em separado;
- e) Valores com duas casas decimais;
- f) Documentação de suporte.

6. Em caso de discordância, por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados na fatura, deve comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida ou equivalente.

7. O atraso no pagamento da(s) fatura(s) emitida não autoriza o cocontratante a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do CCP.

8. Os valores contestados pela entidade adjudicante e que vierem a ser objeto de correção não vencem juros de mora em caso de não pagamento.

9. Qualquer pagamento só poderá ser efetuado após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

10. Na eventualidade de atraso nos pagamentos, dentro do prazo contratual e legalmente previsto, a entidade adjudicante encontra-se sujeita às consequências que, nos termos da lei, advêm desses atrasos, nomeadamente as previstas nos números 3 e 4 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 9.º e no n.º 3 do artigo 8.º, todos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

CLÁUSULA 24ª

ATRASO NOS PAGAMENTOS

1. No caso de atraso superior a 30 dias, após a data limite de pagamento da fatura, de acordo com o estabelecido na cláusula anterior, tem o cocontratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora.
2. O atraso dos pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

CLÁUSULA 25ª

PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato e de acordo com o artigo 329º do CCP, a entidade adjudicante pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante fixado em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) 1% do valor do contrato por cada dia de atraso no início da prestação dos serviços contratualizados;
 - b) 1% do valor do contrato por cada hora de atraso após o contacto de pedidos de assistência.
2. Nenhuma das alíneas anteriores invalida a repetição da prestação de serviços, caso a entidade adjudicante entenda ser necessário, por poder comprometer a qualidade dos serviços concursados.

3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a entidade adjudicante pode exigir uma pena pecuniária de até 20% do valor global do contrato.
4. O valor acumulado das sanções previstas não pode exceder 20 % do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a entidade adjudicante, decidam não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 %.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente, ou outros danos não mencionados nesta cláusula.

CLÁUSULA 26ª

EXTINÇÃO DO CONTRATO

São causas de extinção do contrato:

- a) O cumprimento,
- b) A impossibilidade definitiva e todas as restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;
- c) A revogação;
- d) A resolução, por via de decisão judicial ou arbitral ou por decisão da entidade adjudicante, nos casos previstos nos artigos 333.º a 335.º do CCP.

CLÁUSULA 27ª

REVOGAÇÃO DO CONTRATO

1. As partes podem, por acordo, revogar o contrato em qualquer momento.
2. Os efeitos da revogação são os que tiverem sido validamente fixados no acordo.
3. A revogação não pode revestir forma menos solene do que a do contrato.

CLÁUSULA 28ª

RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR INICIATIVA DO COCONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pela entidade adjudicante especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações:
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à entidade adjudicante;
 - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
 - d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pela entidade adjudicante, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção

do contrato;

e) Incumprimento pela entidade adjudicante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2. No caso previsto na alínea a) do n.º 1, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à entidade adjudicante, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se a entidade adjudicante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

CLÁUSULA 29ª

RESOLUÇÃO SANCIONATÓRIA DO CONTRATO

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo cocontratante especialmente previstas no contrato, a entidade adjudicante pode resolver o contrato a título sancionatório nos seguintes casos:

a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao cocontratante;

b) Incumprimento, por parte do cocontratante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;

c) Oposição reiterada do cocontratante ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;

d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo cocontratante da manutenção das obrigações assumidas pela entidade adjudicante contrarie o princípio da boa-fé;

e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;

f) Incumprimento pelo cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

g) O cocontratante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.

2. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato.

3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo da entidade adjudicante poder executar as garantias prestadas pelo cocontratante.

CLÁUSULA 30ª

RESOLUÇÃO POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO

1. A entidade adjudicante pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentado, e mediante o pagamento ao cocontratante de justa indemnização.
2. A indemnização a que o cocontratante tem direito corresponde aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.
3. A falta de pagamento da indemnização prevista nos números anteriores no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao cocontratante o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

CLÁUSULA 31ª

OUTROS FUNDAMENTOS DE RESOLUÇÃO PELA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. A entidade adjudicante tem o direito de resolver o contrato com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 312.º do CCP.
2. Quando a resolução do contrato por alteração anormal e imprevisível das circunstâncias seja imputável a decisão da entidade adjudicante adotada fora do exercício dos seus poderes de conformação da relação contratual, o cocontratante tem direito ao pagamento de justa indemnização nos termos do disposto no artigo 334.º do CCP.

CLÁUSULA 32ª

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

São vedadas a subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do cocontratante, nos termos da al. a) do n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

CLÁUSULA 33ª

CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem pode ser considerado como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves cujo âmbito extravase a esfera do cocontratante, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- c) Manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais;
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante, não devidas a sabotagem;
- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 34ª

GESTOR DO CONTRATO

Em cumprimento do artigo 290.º-A do CCP, a entidade adjudicante nomeará um gestor de contrato.

CLÁUSULA 35ª

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para efeitos da execução ao abrigo do contrato, a entidade adjudicante e o cocontratante procedem às seguintes atividades de tratamento de dados pessoais:

- a) O cocontratante trata dados pessoais de representantes, trabalhadores e/ou utentes da entidade adjudicante;
- b) A entidade adjudicante trata dados pessoais de representantes, trabalhadores e/ou utentes do cocontratante;
- c) O tratamento dos dados pessoais encontra-se limitado, nos termos do artigo 6.º, n.º 1, das alíneas b) e c) do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a finalidades exclusivamente relacionadas com a execução da prestação de serviços ou com o cumprimento de obrigações jurídicas a que a entidade adjudicante e o cocontratante estejam adstritos;
- d) A entidade adjudicante e o cocontratante assumem a obrigação de estrita confidencialidade relativamente a todos os dados pessoais de que venham a ter conhecimento no âmbito do contrato, extensiva à informação a que os seus trabalhadores, agentes e consultores tenham acesso, garantindo que os mesmos assumiram um compromisso de confidencialidade;
- e) A entidade adjudicante e o cocontratante apenas podem transmitir dados pessoais a que tenham acesso por conta do contrato a terceiros, como sejam o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos

dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança;

f) O cocontratante encontra-se expressamente proibido de transmitir a terceiros dados pessoais de utentes e funcionários da entidade adjudicante;

g) A entidade adjudicante e o cocontratante obrigam-se a adotar todas as medidas organizativas, técnicas e de segurança necessárias e adequadas para assegurar a confidencialidade, o segredo e a preservação dos dados pessoais a que tenham acesso por conta do contrato, na medida e na extensão necessárias ao efeito, seja qual for o suporte utilizado;

h) Cada uma das partes no contrato presta assistência à outra, através de medidas técnicas e organizativas necessárias, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos realizados pelos titulares dos dados pessoais, para efeitos do exercício dos seus direitos, nomeadamente do exercício de retificação, apagamento ou limitação do tratamento,

i) Com a cessação do contrato, o cocontratante, consoante da decisão da entidade adjudicante, devolve-lhe ou elimina todos os dados pessoais, apagando as cópias existentes a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União Europeia ou da legislação nacional;

j) Os dados pessoais relativos ao cocontratante, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes e consultores são eliminados no prazo de 4 anos, salvo exista obrigação legal ou contratual que justifique a conservação por prazo superior.

CLÁUSULA 36ª

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Tudo o omissso às peças do presente procedimento, será regulado pelas disposições legais em vigor, nomeadamente, o CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, na sua redação atual.

CLÁUSULA 37ª

FORO COMPETENTE

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 38ª

CARATERÍSTICAS TÉCNICAS

1. São as seguintes as componentes que integram o objeto a contratar:

a) Serviço de suporte e de assistência técnica presencial e remota ao software Unicard e aos equipamentos instalados nos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa, doravante designados por SASULisboa;

b) 40 horas anuais de serviço a realizar durante os dias úteis, no período das 9 horas às 18 horas, no âmbito de suporte e atualizações;

c) 40 horas anuais de serviço no âmbito de intervenções de manutenção corretiva. Esta manutenção, tem como finalidade repor software ou equipamentos em condições normais de funcionamento sempre que ocorram falhas ou avarias;

d) 4 deslocações a realizar durante os dias úteis, no período das 9 horas às 18 horas;

e) Atualizações do software Unicard ou de qualquer das suas componentes instaladas nos SASULisboa.

2. Não são objeto do presente contrato o desenvolvimento de novas funcionalidades ou a aquisição de equipamentos ou peças que careçam de reparação.

CLÁUSULA 39ª

INTERVENÇÕES

1. As intervenções e manutenção corretiva deve ser prestada pela entidade prestadora de serviços de acordo com a seguinte metodologia:

a) Pedido de intervenção com descrição da ocorrência e das anomalias de funcionamento, efetuado por colaborador dos SAULisboa;

b) Diagnóstico mediante a aplicação de testes aos parâmetros de controlo do estado do equipamento em causa ou software, a efetuar pela entidade prestadora do serviço, e especificação da intervenção, nomeadamente no que se refere ao tempo de execução e descrição do trabalho a realizar;

c) Aceitação prévia, pelos SASULisboa, das condições descritas para executar a intervenção;

d) Intervenção, relato do trabalho efetuado e atividades relacionadas;

e) Confirmação da intervenção concluída, a efetuar por colaborador dos SASULisboa, com experiência na utilização do software e/ou equipamento.

2. No caso de o número de horas ou números de deslocações necessárias para resolução do(s) incidente(s) reportados(s) exceder o âmbito do presente procedimento, a intervenção não será realizada e será objeto de procedimento distinto.

3. Quanto aos níveis de serviço que o prestador tem de garantir:

a) A entidade prestadora de serviços deve disponibilizar os contatos (telefónicos, endereço eletrónico e plataforma eletrónica de pedidos) para esclarecimento de eventuais dúvidas e solicitação de

assistência técnica, durante os dias úteis, no período das 9 horas às 18 horas, devendo manter os registos dos pedidos formulados, bem como do tratamento que lhe é dado.

b) Os prazos de resolução são de 96 horas para intervenções ligeiras, 72 horas para intervenções graves e de 48 horas para intervenções muito graves.

CADERNO DE ENCARGOS

MAPA DE QUANTIDADES

SERVIÇOS A PRESTAR	QUANTIDADE	UNIDADE
Manutenção e suporte do sistema Unicard	36	MÊS